AUDIMEC
AUDITORES INDEPENDENTES

CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO CEARÁ

RELATÓRIO DE AUDITORIA ACERCA DO ESTUDO E AVALIAÇÃO DOS CONTROLES INTERNOS E ASPECTOS MAIS RELEVANTES DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ENCERRADAS EM 31/12/2022

Brasília/DF, 10 de novembro de 2023

Aos Ilmos. Srs.
Conselheiros, Diretores e demais Administradores do
CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO CEARÁ – CAU/CE
Fortaleza/CE

Ref.: Relatório de Auditoria Forma Longa

Prezados Senhores,

Havendo concluído nesta data a auditoria das Demonstrações Contábeis, Financeiras e Patrimoniais do CAU/CE acerca dos itens mais relevantes do ponto de vista de exposição ativa ou passiva, indispensável à formação de nossa opinião inerente à fidedignidade e tempestividade dos registros dos atos e fatos contábeis, que ensejaram as Demonstrações Contábeis levantadas em 31/12/2022, queremos:

Informar que nosso trabalho é composto por macro atividades, subdivididas em trabalho de campo e de escritório (na proporção de 70%x30%), o qual foi iniciado pela definição da equipe de auditores com experiência em trabalhos correlatos e de mesma complexidade, e da avaliação de possíveis ameaças a independência em decorrência de conflitos éticos preconizados nas NBC PA's, e prosseguindo mediante o planejamento geral do trabalho determinado nas NBC TA's 300 a 330, efetuado através de: (A) Aplicação do Questionário de Avaliação de Riscos e Realização de Entrevistas com a Governança Coorporativa e de Tecnologia da Informação ligados aos macroprocessos que originam ou consomem caixa ou equivalentes; (B) Análise dos Melhores Referenciais do BP e DFC elegíveis para fixar Materialidade Individual e Coletiva no Trabalho e (C) Respostas do Auditor com Procedimentos para Mitigação dos Riscos. Tudo planejado de modo a viabilizar o melhor desempenho da equipe durante a execução das atividades de estudo e avaliação dos controles internos o qual será o fundamento para fixação da extensão e profundidade do procedimento de auditoria bem como da melhor oportunidade e circunstância a ser aplicado.

Enfatizar que o relatório anexo preconizado no Termo de Referência integrante do Edital, é o resultado de exames procedidos por amostragem e que por isso mesmo não tem a finalidade nem a pretensão de arrolar falhas individuais ou institucionais, mas tão somente destina-se a sinalizar para o Plenário a necessidade de aprimoramento em algumas áreas ou procedimentos, visando a tornar, as Demonstrações Contábeis aptas ao arrimo das decisões gerenciais, e não apenas um documento de cunho burocrático, para aferir, após termo, o desempenho de uma gestão.

Patentear nossa gratidão pela total cooperação recebida indistintamente de todos os setores e servidores que nos propiciaram acesso às imprescindíveis informações, sem as quais não lograríamos êxito em nosso intento.

AUDIMEC – AUDITORES INDEPENDENTES S/S
CRC/PE 000150/O

Luciano Gonçalves de Medeiros Pereira
Contador - CRC/PE 010483/O-9 "S"DF
Sócio Sênior

ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO 5
1.2 Metodologia 6
1.3 Técnicas de Abordagem 6
1.4 Fontes de Informação 6
1.5 Estudo e Avaliação dos Controles Internos 6
1.6 Principais Procedimentos de Auditoria Aplicados 8

2. RESULTADO DAS ANÁLISES DE AUDITORIA 10
2.1 Estrutura de Controles Internos 10
2.2 Matriz de Risco 11

3. COMENTÁRIOS DAS PRINCIPAIS CONTAS ATIVAS E DOS CONTROLES INTERNOS 12

4. COMENTÁRIOS DAS PRINCIPAIS CONTAS PASSIVAS E DOS CONTROLES INTERNOS 17

5. SUPRIMENTOS DE FUNDOS E DESPESAS GERAIS DE DESLOCAMENTOS 18

6. DIÁRIAS E JETONS 20

7. DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS 20

8. OUTROS ASSUNTOS 20

9. CONCLUSÃO 21

1. INTRODUÇÃO

Este relatório tem por finalidade precípua comunicar a administração do **Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Ceará**, doravante denominado "Autarquia", acerca dos resultados alcançados no trabalho de estudo e avaliação dos controles internos, existentes, notadamente na área contábil, portanto aludido relato consigna informações decorrentes do exame realizado mediante análises e verificações que efetuamos nas Demonstrações Contábeis levantadas em 31 de dezembro de 2022, cujo trabalho foi efetuado por Contadores com experiência específica em auditoria de Conselhos de Fiscalização Profissional com personalidade jurídica de direito público, regidas pela lei 4.320/64, Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP, observando rigorosamente ao que preceitua a Resolução CFC n˚ 821/1997, e seguintes que aprovaram as Normas Brasileiras de Contabilidade – Profissionais em Auditoria - NBC PA.

Todo o trabalho foi planejado e efetuado consoante as Normas Brasileiras de Contabilidade, mediante metodologia e procedimentos de auditoria preconizados nas Resoluções de n˚s 1.203 a 1.235 que aprovaram as Normas de Auditoria Independente das Demonstrações Contábeis NBC TA, com nova estrutura determinada pela resolução nº 1.328 editada em 18/03/2011 pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC.

Iniciamos nosso serviço, através do planejamento do trabalho, fixamos o escopo, procedemos ao estudo e avaliação dos controles internos em uso, e com base no grau de credibilidade que atribuímos aos mesmos, pudemos estabelecer a oportunidade, a extensão e a profundidade dos procedimentos de auditoria, a serem aplicados por amostragem estratificada cientificamente, efetuados mediante testes de substância e de observância, os quais implicaram na validação dos saldos e revisão analítica de seus negócios e operações, dentre tantos outros procedimentos desenvolvidos sem que nenhum óbice ou restrição, tenham sido impingidas à consecução dos mesmos, cuja síntese dos fatos mais relevantes e algumas sugestões de aprimoramento aos controles internos, e identificando as áreas susceptíveis e que apresentam riscos relativos atribuídos a partir da "matriz de risco" decorrente da análise vertical e horizontal do balancete patrimonial encerrado em 31 de dezembro do exercício sob exame.

Os sistemas contábeis e de controles internos, embora sendo de responsabilidade da administração da Autarquia auditada, dentro de um cronograma de trabalho antecipadamente estabelecido, foram por nós analisados e, sempre que julgamos necessário indicamos sugestões objetivas para seu aperfeiçoamento ou implantação. Como procedimentos primordiais de evidenciação da auditoria, verificamos a eficácia, eficiência e efetividade dos sistemas e subsistemas de controle interno bem como a segurança e confiabilidade das transações representadas na sistemática contábil.

1.2 METODOLOGIA

A concepção de um Plano de Auditoria tecnicamente otimizado, pressupõe um planejamento detalhado, consistente na programação e execução de exames adequados de auditoria, os quais dependem do grau de entendimento que se tem das atividades-meio e atividades-fim, bem como do perfeito conhecimento da estrutura organizacional e societária de entidade a ser auditada.

O Programa Padrão de Auditoria que atualmente norteia o planejamento de nossos serviços é o resultado de mais de 40 anos de experiência e aprimoramento profissional bem como do foco na legislação pertinente à matéria, principalmente no que tange as Normas Brasileiras de Auditoria Independente das Demonstrações Contábeis (NBC-TA, preconizadas em 33 Resoluções do CFC de nºs 1.203 a 1.235/2009) e Normas Profissionais de Auditoria Independente (NBC-P-1 aprovada pela resolução nº 821/97) reconhecidas no meio profissional de auditoria como principal referência doutrinaria.

1.3 TÉCNICAS DE ABORDAGEM

Nossos trabalhos foram conduzidos através da NBC TA 530 – Amostragem em Auditoria, com a finalidade de racionalizar e dar maior efetividade a metodologia a ser utilizada. Dentre nossa abordagem podemos destacar a "Amostragem Sistemática Específica" que é uma técnica não estatística determinativa da seleção de uma quantidade de registros a serem selecionados e analisados, bem como o intervalo da seleção; a de "Seleção de Auditoria" que determina quantos registros serão selecionados e os números aleatórios aos quais devem estar associados; a de "Amostragem por Funções e Atributos" na qual os itens são selecionados a partir da pesquisa sobre a presença de determinados atributos e, finalmente, a de "Amostragem Através de Unidades Monetárias" onde é estabelecido o mínimo de valores de itens monetários em relação à sua totalidade dentro de um risco cabível e grau de confiabilidade desejado.

1.4 FONTES DE INFORMAÇÃO

Nossos trabalhos foram exclusivamente desenvolvidos com base nas informações e documentos fornecidos pelo Conselho. Portanto, a existência de outros documentos e/ou informações, que porventura não tenham sido fornecidas podem alterar as conclusões constantes neste relatório.

Destacamos que este relatório não suporta qualquer representação judicial ou prova perante terceiros. As informações constantes neste relatório destinam-se aos administradores da Autarquia contratante, sendo preconizada a sua confidencialidade, não podendo ser utilizado por terceiros sem a prévia anuência formal da **AUDIMEC**.

1.5 Estudo e Avaliação dos Controles Internos

Os controles internos de uma entidade são um conjunto de normas, procedimentos, métodos e critérios adotados para salvaguardar seus ativos, e quantificar e qualificar seus passivos com relativa exatidão, visando à promoção da confiabilidade e tempestividade dos seus registros contábeis a serem consignados em suas Demonstrações Financeiras, bem como de assegurar sua eficiência, eficácia e efetividade operacional na direção da tão almejada economicidade.

Desta forma, todo bom trabalho de auditoria deve iniciar-se pelo estudo e avaliação dos controles adotados pela entidade, a fim de que com base no grau de credibilidade e segurança proporcionado por eles, possamos estabelecer a profundidade e extensão dos procedimentos de auditoria a serem aplicados

1.6 Principais Procedimentos de Auditoria Aplicados

- ✓ Análise do orçamento anual verificando se foram aprovados regularmente, se as receitas previstas guardam conformidade com as fontes e se as despesas fixadas são compatíveis com os planos, programas, projetos e atividades aprovados;
- ✓ Examinamos a execução orçamentária, verificando se a receita arrecadada e a despesa realizada guardam conformidade com o que foi orçado, no que diz respeito aos aspectos quantitativos e qualitativos e, no caso de ser necessária reformulação ou remanejamento, se foram processados regularmente;
- ✓ Procedemos análise do sistema utilizado pelo CAU/CE para o controle da arrecadação e recolhimento das receitas, verificando o seu grau de segurança e eficácia, principalmente no que se refere à compatibilidade com os dados apresentados com os créditos efetuados pelo banco;
- ✓ Efetuamos análise da documentação (boletos, GRs, borderôs bancários) e dos sistemas de controle de arrecadação e recolhimento das receitas quanto à segurança e eficácia na identificação das origens, à efetivação dos créditos bancários e do compartilhamento;
- ✓ Verificação do controle das ações desenvolvidas e dos resultados alcançados no que tange às atividades-fim da Instituição;
- ✓ Análise da movimentação dos recursos financeiros, verificando se está sendo efetuado por meio de banco oficial, se as aplicações financeiras são feitas de acordo com os dispositivos legais em vigor e se as contas são conciliadas regularmente;
- ✓ Exame dos procedimentos para realização da despesa, de sua propriedade e oportunidade, da formalização da documentação comprobatória, quanto à observância dos princípios da legalidade, legitimidade e economicidade;
- ✓ Avaliação dos documentos comprobatórios das despesas (notas fiscais, faturas e ou recibos) quanto ao atendimento das fases das despesas: empenho, liquidação e pagamento;
- ✓ Análise dos processos licitatórios, inclusive dispensa e inexigibilidade, no que diz respeito ao cumprimento das Leis nºs. 8.666/93 e 10.520/02, suas regulamentações e normas acessórias;
- ✓ Verificamos os contratos e seus aditivos, bem como os instrumentos dos convênios e demais instrumentos firmados com terceiros, que resultaram ou resultem no nascimento e/ou extinção de direitos e obrigações, quanto aos seus aspectos legais e normais e ao cumprimento de suas cláusulas;
- ✓ Examinamos os procedimentos para seleção, admissão e dispensa de pessoal, dos controles e registros pertinentes, acordos coletivos de trabalho, plano de cargos e salários, do cumprimento

dos direitos e obrigações resultantes da relação entre as partes, de passivos trabalhistas, se houver, e de possíveis riscos trabalhistas;

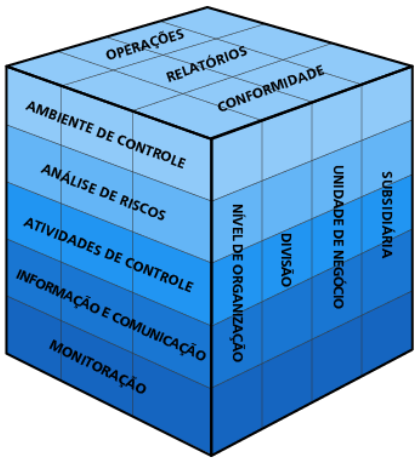
- ✓ Analisamos os procedimentos contábeis utilizados, principalmente no que diz respeito à observância dos princípios fundamentais de contabilidade e às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público – NBC T 16, verificando o cumprimento das formalidades e escrituração dos Livros Diários e Razão, se os registros guardam conformidade com a documentação comprobatória e se estão atualizados;
- ✓ Análise dos balancetes, dos balanços orçamentário financeiro e patrimonial, das demonstrações das contas de resultado e demais demonstrações contábeis e extracontábeis quanto aos aspectos formais técnicos, verificando se os valores demonstrados representam adequadamente a situação econômico-financeira da Instituição;
- ✓ Análise quantitativa e qualitativa dos componentes patrimoniais Ativos e Passivos, inclusive do resultado patrimonial do exercício;
- ✓ Avaliação do sistema de controle dos bens patrimoniais móveis e imóveis, principalmente no que tange à identificação, localização, movimentação, guarda, estado de conservação, inventário, etc.;
- ✓ Análise do histórico de demandas e de diligências originárias dos órgãos de controle externo (TCU) e interno (CAU/CE) e de seu cumprimento.

2. Resultado das análises de auditoria

Como resultado dos nossos trabalhos de auditoria, planejado e executado em consonância com o escopo e abrangência dos trabalhos preconizados no Termo de Referência, Anexo I ao Edital, adaptamos o Programa Padrão de Auditoria, sendo que apresentamos a seguir os pontos identificados.

2.1 Melhoria na Estrutura de Controles Internos

Segundo o COSO, controle interno é um processo constituído de 5 elementos, que estão inter-relacionados entre si e presentes em todos os níveis da organização com foco em três objetivos: operacionais, assegurar relatórios financeiros confiáveis e assegurar conformidade legal/regulatória. Os 5 elementos são:



- ➢ Ambiente de Controle
- ➢ Avaliação e Gerenciamento dos Riscos
- ➢ Atividade de Controle
- ➢ Informação e Comunicação
- ➢ Monitoramento

A partir desse preâmbulo acerca de sua implementação e das especificidades locacionais a que está submetido, é possível ter noção da complexidade em se implementar uma estrutura de controle interno que atenda em sua plenitude os elementos que constituem o processo.

Não obstante os desafios que se apresentam, a partir da análise das informações repassadas, bem como do entendimento acerca dos procedimentos adotados pelo Conselho, com base tanto na análise documental, quanto em reuniões com a equipe de gestão dos departamentos, pudemos avaliar o nível de controle interno aplicado.

Nessa senda, o grande desafio que se apresenta ao CAU/CE é buscar desenvolver desde já uma cultura organizacional de excelência, focada em entregar às partes interessadas um produto ou serviço de alto valor agregado, prezando sempre pelos princípios que regem a administração pública.

Assim, é imperioso que a governança da autarquia implemente e desenvolva ações efetivas para, a partir de mapeamento dos processos inerentes à atividade do Conselho, se busque identificar os riscos a que se está submetido, a fim de que sejam implementadas ações de controle que visem a mitigar a probabilidade desses riscos se materializarem e garantam o alcance dos objetivos estratégicos por parte do CAU/CE.

2.2 MATRIZ DE RISCO

A partir de uma análise da relevância dos saldos contábeis levantados em 2022, sob exame, bem como da análise dos relatórios existentes, elegemos as áreas de maior risco operacional e volume quantitativo e qualitativo (análise horizontal) de transações, e de proporção dos saldos (análise vertical) do ponto de vista de exposição ativa.

Tal procedimento resulta da análise vertical e horizontal procedida que apresentamos de forma sintética, visando a melhor elucidação das considerações tecidas acerca dos dados coligidos e consequentemente da "matriz de risco" considerada a partir de tais informações, conforme exemplificado abaixo:

CRITÉRIOS DE IMPACTO
Orçamentário
Fiscal
Estratégico
Reputação
Integridade
Operacional
Gestão
Regulação
Processos
Licitações
Recursos Humanos
Contábil
Serviços
Fornecedores
Despesas
Receitas

IMPACTO			Matriz de Riscos				
	Grande	5	5	10	15	20	25
	Relevante	4	4	8	12	16	20
	Moderado	3	3	6	9	12	15
	Pequeno	2	2	4	6	8	10
	Insignificante	1	1	2	3	4	5
			1	2	3	4	5
			Rara	Improvável	Possível	Provável	Quase certo
			< 10%	>=10%<= 30%	=30%<= 50%	=50%<= 90	>90%
			PROBABILIDADE				

Escala de Nível de Risco	
Níveis	Pontuação
RC - Risco Crítico	13 a 25
RA - Risco Alto	7 a 12
RM - Risco Moderado	4 a 6
RP - Risco Pequeno	1 a 3

Risco de Exposição e Variação		
Numérica	**Descritiva**	**Impacto**
1% a 10%	Risco Baixo	Os riscos possuem consequências pouco significativas, reversíveis em curto e médio prazo com impactos pouco significativos;
11% a 20%	Risco Relativo	Os riscos possuem consequências reversíveis em curto e médio prazo com impactos baixos;
> 20%	Risco Alto	Os riscos possuem consequências reversíveis em curto e médio prazo com impactos altos, irreversíveis ou com custos inviáveis.

3. COMENTÁRIOS DAS PRINCIPAIS CONTAS ATIVAS E DOS CONTROLES INTERNOS

3.1 ATIVO CIRCULANTE

O ativo circulante representa **96,83%** do saldo total do ativo considerando os atributos advindos da matriz de risco ponderada, as contas que integram o referido grupo foram objeto de exame por amostragem diretamente proporcional ao grau de risco.

Referido grupo do ativo, congrega os seguintes subgrupos:

ATIVO	SALDOS				Variação 2022 x 2021		RISCO DE EXPOSIÇÃO	RISCO DE VARIAÇÃO
Especificação	Exercício Atual (R$)	A/V (%)	Exercício Anterior (R$)	A/V (%)	R$	A/H (%)	< A/V >	< A/H >
ATIVO CIRCULANTE	5.679.112,89	96,83	3.436.564,13	96,37	2.242.548,76	65,26	Alto	Alto
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	3.521.681,29	60,05	2.335.269,98	65,49	1.186.411,31	50,80	Alto	Alto
CRÉDITOS A CURTO PRAZO	2.046.245,55	34,89	1.008.555,51	28,28	1.037.690,04	102,89	Alto	Alto
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	111.180,05	1,90	92.297,99	2,59	18.882,06	20,46	Baixo	Alto
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS PAGAS ANTECIPADAMENTE	6,00	0,00	440,65	0,01	-434,65	-98,64	Baixo	Alto

Considerando os atributos advindos da matriz de risco ponderada, as contas que integram o referido grupo foram objeto de exame por amostragem diretamente proporcional ao grau de risco atribuído.

3.1.1 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O grupo congrega as contas representativas de meio circulantes em forma pecuniária, dentre as quais destacamos as Aplicações, cujo saldo responde individualmente por aproximadamente **60,05%** do total do disponível da Entidade, sendo, portanto, uma rubrica significativa do disponível e do resto do Balanço Patrimonial como um todo.

ATIVO	SALDOS				Variação 2022 x 2021		RISCO DE EXPOSIÇÃO	RISCO DE VARIAÇÃO
Especificação	Exercício Atual (R$)	A/V (%)	Exercício Anterior (R$)	A/V (%)	R$	A/H (%)	< A/V >	< A/H >
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	3.521.681,29	60,05	2.335.269,98	65,49	1.186.411,31	50,80	Alto	Alto

- ✓ **Controles Internos**

  As contas de depósitos ou de aplicações são mantidas junto a instituições financeiras, são conciliadas mensalmente mediante o cotejamento do extrato bancário em contraposição ao razão contábil, de modo que as eventuais discrepâncias entre os saldos, decorrentes das flutuações normais do lapso temporal entre os de recebimentos, avisos de débitos ou créditos efetuados pelo banco e ainda não recebidos pela contabilidade, são apontadas e controladas em formulários/planilhas contendo o detalhamento das diferenças apuradas em cada conta, de modo a propiciar o acompanhamento das pendências até sua liquidação.

  As "Aplicações de Liquidez Imediata" são representadas por fundos extramercado, referenciados na taxa DI (depósito interfinanceiro), notadamente de baixo risco e com

liquidez diária (aplicados conforme Resolução nº 4.034/2011 do BACEN), registrado pelo custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

- ✓ **Procedimentos de Auditoria**
  O estudo e avaliação que efetuamos na movimentação dos bancos, ficou adstrito aos controles internos na área contábil e na validação de 100% dos referidos saldos. Dentre os principais procedimentos aplicados, destaca-se o exame da conciliação mensal em contraposição à movimentação ocorrida por meio dos extratos bancários em cotejados com ao razão contábil.

- ✓ **Constatações**
  O exame efetuado nas conciliações revelou que todas as contas bancárias estão sendo conciliadas mensalmente e que os saldos registrados nas Demonstrações Contábeis são devidamente comprovados por extratos bancários oficiais.

- ✓ **Opinião**
  Os controles existentes nos pareceram suficientes para salvaguardar os ativos focados em cada procedimento, de modo que estão gravados adequadamente e com exatidão nas demonstrações contábeis.

3.1.2 CRÉDITOS A RECEBER EM CURTO PRAZO

Esse grupo revela-se importantíssimo do ponto de vista operacional porque registra os direitos provenientes dos valores de cota-parte a receber dos Conselhos Regionais.

ATIVO	SALDOS				Variação 2022 x 2021		RISCO DE EXPOSIÇÃO	RISCO DE VARIAÇÃO
Especificação	Exercício Atual (R$)	A/V (%)	Exercício Anterior (R$)	A/V (%)	R$	A/H (%)	< A/V >	< A/H >
CRÉDITOS A CURTO PRAZO	2.046.245,55	34,89	1.008.555,51	28,28	1.037.690,04	102,89	Alto	Alto

- ✓ **Constatações**
  O CAU/CE contabiliza apenas os valores referentes a 80% dos créditos de anuidades a receber, cabendo ainda a gestão da cobrança, o controle da dívida ativa, os ajustes de perdas e a prescrição em relação aos profissionais. Os 20% restantes, referentes a cota-parte, é enviada diretamente ao CAU/BR.

  A contabilização da PCLD não é realizada mensalmente, sendo repassadas ao final de cada exercício pelo CAU/BR. Constatamos ainda fragilidades no sistema, onde não é possível emitir relatórios com datas retroativas, trazendo sempre os saldos atualizados.

3.2 Ativo Não Circulante

Referido grupo congrega as contas cuja realização é de lenta conversão, ou que registram bens destinados à operacionalização e consecução de seus objetivos. Aludido grupo surgiu com o advento da Resolução CFC n. º 1.437/13, que altera e inclui itens da NBC T 16.6 (R1) Demonstrações Contábeis. Precitado grupo representa **3%** da exposição ativa. Apresentamos adiante a composição do saldo:

ATIVO	SALDOS				Variação 2022 x 2021		RISCO DE EXPOSIÇÃO	RISCO DE VARIAÇÃO
Especificação	Exercício Atual (R$)	A/V (%)	Exercício Anterior (R$)	A/V (%)	R$	A/H (%)	< A/V >	< A/H >
ATIVO NÃO-CIRCULANTE	185.777,39	3,17	129.543,31	3,63	56.234,08	43,41	Baixo	Alto
IMOBILIZADO	185.777,39	3,17	129.543,31	3,63	56.234,08	43,41	Baixo	Alto
BENS MÓVEIS	404.947,65	6,90	320.256,75	8,98	84.690,90	26,44	Baixo	Alto
(-) DEPRECIAÇÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS	-219.170,26	-3,74	-190.713,44	-5,35	-28.456,82	14,92	Baixo	Relativo

3.2.1 Ativo Imobilizado

O ativo imobilizado representa **3,17%** do saldo total do ativo recebendo atributo de risco baixo sob o ponto de vista de exposição ativa, e responde por um acréscimo de **43,41%** das transações, constatada no período sob exame, portanto apresentando risco baixo do ponto de vista de volume quantitativo e qualitativo.

- ✓ **Procedimentos de Auditoria**
  Selecionamos pelo razão contábil alguns lançamentos consignados a débito e a crédito do saldo da conta, atentando para apropriação das aquisições, no que tange a integridade e posse dos bens, a fidelidade da documentação, a titularidade e propriedade dos bens móveis, bem como atributos necessários ao tombamento, e tratamento contábil da depreciação em relação ao controle patrimonial existente e sua conciliação com a contabilidade, mediante procedimentos mínimos específicos para atender as Evidências de Auditoria.

- ✓ **Constatações**

  Não há evidências da realização do inventário físico em 2022 realizado por Comissão Inventariante, faz-se necessário que haja um esforço para implementação das normas descritas no MCASP, para controle do imobilizado. É necessário realizar o inventário (imobilizado, estoque e intangível) da entidade, de modo a separar as perdas. Os bens que não estejam sendo utilizados e que não tenham valor, em virtude de serem inservíveis (obsoleto, quebrado, inutilizado etc.), deverão ser baixados como perda diretamente em conta de resultado (VPD).
  Confrontamos os saldos contábeis às Relações Analíticas de Acervo Patrimonial de Bens Móveis e aos valores registrados no Balanço Orçamentário e não encontramos divergências significativas.

✓ **Opinião**

Destacamos a importância de serem realizados os inventários de Bens Móveis, mesmo que e forma extemporânea, para constatação da existência física dos bens, da sua localização e seu estado de conservação e, por conseguinte, para a validação dos saldos contábeis. Mesmo com essa deficiência de controle interno, os relatórios auxiliares nos permitem obter segurança razoável de que os saldos se encontram livres de distorção relevante.

4. COMENTÁRIOS DAS PRINCIPAIS CONTAS PASSIVAS E DOS CONTROLES INTERNOS

4.1. PASSIVO CIRCULANTE

O passivo circulante representa **5,64%** do saldo total do passivo, apresentando uma variação equivalentes a um aumento de **38,65%** em relação ao exercício anterior. Referido grupo do passivo, congrega as seguintes contas:

PASSIVO	SALDOS				Variação 2022 x 2021		RISCO DE EXPOSIÇÃO		RISCO DE VARIAÇÃO	
Especificação	Exercício Atual (R$)	A/V (%)	Exercício Anterior (R$)	A/V (%)	R$	A/H (%)	< A/V >		< A/H >	
PASSIVO CIRCULANTE	221.252,13	5,64	159.575,97	4,47	61.676,16	38,65	Baixo		Alto	
OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS,	170.382,65	4,34	141.418,93	3,97	28.963,72	20,48	Baixo		Alto	
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	31.792,00	0,81	13.864,30	0,39	17.927,70	129,31	Baixo		Alto	
PROVISÕES A CURTO PRAZO	56,23	0,00	56,23	0,00	0,00	0,00	Baixo		Nulo	
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	19.021,25	0,48	4.236,51	0,12	14.784,74	348,98	Baixo		Alto	

4.1.1 OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIAS A PAGAR

Representa as obrigações com Encargos Sociais (INSS, FGTS) e Provisões da Folha de Pagamento do CAU/CE.

✓ **Procedimentos de Auditoria**

Obtivemos Resumo de Proventos e Descontos, emitido do Sistema de Gestão de Recursos Humanos, aplicamos testes de auditoria nos cálculos dos encargos e contribuições sobre a folha de pagamento, solicitamos as Guias de Previdência Social - GPS e as Guias de Recolhimento do FGTS – GRF.

Analisamos, também, a planilha de provisão de férias e encargos, aplicamos testes de auditoria nos cálculos das provisões.

✓ **Constatações**

Constatamos que os encargos sociais e as provisões vêm sendo calculado corretamente, e seus recolhimentos vêm sendo efetuados até a data de vencimento, não gerando juros e multa.

Verificamos que o processo de pagamento está de acordo com as normas, devidamente autorizado e assinado.

✓ **Opinião**

Após aplicarmos os testes chegamos os controles internos aderentes aos saldos mantidos nesta rubrica nos pareceram suficientes.

4.1.3 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O patrimônio líquido representa **94,31%** do saldo total da parcela não exigível que resulta da equação patrimonial (ativo menos passivo).

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	SALDOS				Variação 2022 x 2021		RISCO DE EXPOSIÇÃO	RISCO DE VARIAÇÃO
Especificação	Exercício Atual (R$)	A/V (%)	Exercício Anterior (R$)	A/V (%)	R$	A/H (%)	< A/V >	< A/H >
SUPERAVITS OU DEFICITS ACUMULADOS DE EXERCICIOS ANTERIORES	3.404.479,67	86,80	2.416.488,36	67,76	987.991,31	40,89	Alto	Alto
AJUSTES DE EXERCICIOS ANTERIORES	294.475,10	7,51	31.196,22	0,87	263.278,88	843,94	Baixo	Alto
RESULTADO DO EXERCÍCIO	1.942.631,58	49,53	956.795,09	26,83	985.836,49	103,04	Alto	Alto
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	3.698.954,77	94,31	3.404.479,67	95,47	294.475,10	8,65	Alto	Baixo

✓ **Opinião**

O controle interno em uso nos pareceu suficiente para atender a necessidade da entidade, já que a movimentação da conta é consubstanciada por poucas operações/lançamentos, não havendo dificuldades que justifique uma ferramenta de trabalho mais complexa.

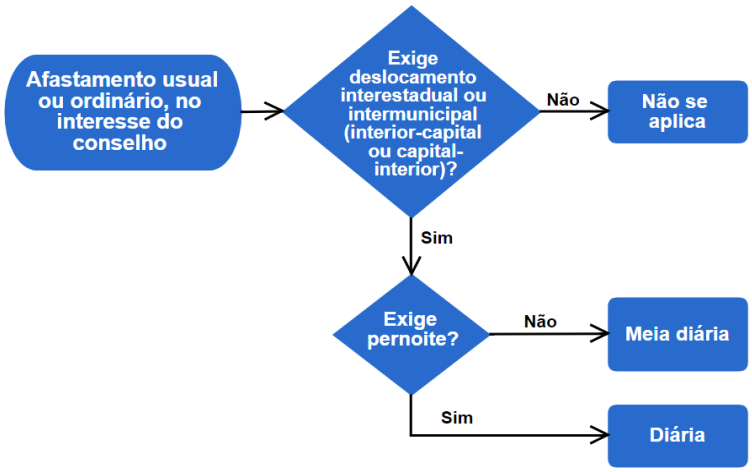
5. DIÁRIAS

Diante da relevância do valor das despesas na rubrica "Diárias – Conselheiros/Convidados", avaliamos se o pagamento de Diárias está de acordo com o Normativo emitido pelo Conselho.

Esquematizamos, de forma resumida, a regra para concessão de cada rubrica.

Diárias

O servidor que, a serviço, afastar-se da sede em caráter eventual ou transitório para outro ponto do território nacional ou para o exterior, fará jus a passagens e diárias destinadas a indenizar as parcelas de despesas extraordinária com pousada, alimentação e locomoção urbana, conforme dispuser em regulamento. (Redação dada pela Lei nº 9.527, de 10.12.97)



✓ **Opinião**

Analisamos as despesas com diárias dos diretores do conselho, as análises foram efetuadas de acordo com o normativo interno e a legislação em vigor que trata do assunto. Os contorles internos nos pareceram suficientes para atender a necessidade de comprovação dos gastos analisados.

7. DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

Cumprindo nosso programa de trabalho, efetuamos o prévio estudo e avaliação nos controles internos utilizados neste setor, e com base nos resultados alcançados, pudemos estabelecer os procedimentos de auditoria cabíveis nas circunstâncias, bem como da ocasião mais propícia, aplicando-os na extensão e profundidade necessárias, por amostragem nas folhas de pagamentos e guias de recolhimento de INSS, FGTS e PIS/PASEP dos meses de janeiro, fevereiro e março. Examinamos a forma de admissão e demissão de pessoal.

- Verificamos como o pagamento do pessoal é realizado;
- Auditamos a última folha de pagamento realizada efetuando testes de soma, diminuição dos descontos, cálculos do INSS, Imposto de Renda Retido na Fonte e outros julgados procedentes;
- Analisamos as férias pagas;
- Constatamos que o Regional enviou a Declaração do Imposto de Renda Retido na Fonte;
- Todos os funcionários passam pelo exame admissional e para um funcionário iniciar a trabalhar é necessário estar com toda documentação completa;

✓ **Integridade/Segurança**

A metodologia aplicada nos pareceu preencher todos os requisitos de integridade, segurança e tempestividade adequadas à função e funcionamento dos processos e procedimentos do Setor de Recursos Humanos e do reflexo nas contas aglutinadas nos grupos contábeis sob exame.

CNAE – Código Nacional de Atividade Econômica diferente da atividade fim da autarquia
Em consulta ao Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ do CAU/CE observa-se que o mesmo está registrado com CNAE 84.11-6-00 - Administração pública em geral, sendo que a Receita Federal prevê o CNAE 94.12-0-01 - Atividades de fiscalização profissional, adequado a sua atividade, sendo que a norma aplicada pelo órgão regulador deve ser observada.

- ✓ **Opinião**
  O controle interno em uso nos pareceu suficiente para atender a necessidade do Regional, já que a movimentação do Departamento de Recursos Humanos é consubstanciada por situações típicas do segmento, não havendo dificuldades que justifique uma ferramenta de trabalho mais complexa.

  Quanto ao cadastro da atividade da autarquia junto ao Receita Federal, CNAE, recomenda-se a regularização da inscrição do Conselho junto ao órgão e, como consequência pode haver alterações nas alíquotas de contribuições previdenciárias sobre a folha de pagamento, inclusive com recolhimento retroativo.

8. OUTROS ASSUNTOS

Verificamos a execução do planejamento de ações e metas, no intuito de verificar se a execução financeira foi correspondente ao planejamento anual, atentando para possíveis alterações do planejamento e se estavam de acordo com a Proposta Orçamentária. Verificação dos relatórios de acompanhamento das ações planejadas, feitos pela diretoria e coordenadores de comissões dos Conselhos, de forma quantitativa e qualitativas da gestão.

- ✓ **Opinião**
  Como resultado de nossas verificações e análises consideramos os procedimentos básicos utilizados pelo Regional, no que diz respeito as ações e metas, em acordo com o planejado. A metodologia aplicada nos pareceu preencher todos os requisitos de integridade, segurança e tempestividade adequadas à função e funcionamento para registro das atividades desenvolvidas.

9. CONCLUSÃO

O presente relatório composto de 17 (dezessete) páginas escritas apenas no anverso destina-se exclusivamente à finalidade definida no primeiro parágrafo do mesmo e a informar à Administração do **Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil**, acerca dos resultados alcançados no trabalho de estudo e avaliação dos controles internos e acerca dos detalhes inerentes ao trabalho efetuado, não devendo ser utilizado para nenhum outro fim, e tampouco distribuído a terceiros, sendo apresentado os pontos de fragilidades detectados como resultado dos procedimentos de auditoria aplicados descritos no item 1.6 do presente relatório, em cumprimento ao Termo de Referência, anexo I ao Edital.

Brasília/DF, 10 de novembro de 2023

AUDIMEC – AUDITORES INDEPENDENTES S/S
CRC/PE 000150/O

Luciano Gonçalves de Medeiros Pereira
Contador - CRC/PE 010483/O-9 "S"DF
Sócio Sênior

Phillipe de Aquino Pereira
Contador - CRC/PE 028157/O-2 "S"DF

Thomaz de Aquino Pereira
Contador – CRC/PE 021100/O-9 "S"DF

AUDIMEC
AUDITORES INDEPENDENTES

AV. GOV. AGAMENON MAGALHÃES, 2615 - 15° ANDAR
RECIFE - PE
CEP 50.050.290
(81) 3338.3525
www.audimec.com.br